

# Até Planalto quer recesso do Congresso

**D**ecididamente, haverá o recesso de julho do Congresso. No máximo, os parlamentares perderão a primeira semana do mês de folga, para que o Senado possa adiantar a aprovação de reformas que já passaram pela Câmara.

Haverá o recesso porque as três autoridades que poderiam alterá-lo querem, até agora, que ele ocorra: o presidente do Senado, José Sarney, o presidente da Câmara, Luis Eduardo Magalhães, e também o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A lógica que levou a essa decisão tem três pontos. Primeiro: nunca os deputados e os senadores tiveram uma presença tão constante e um ritmo tão operoso e eficiente de trabalho como

no primeiro semestre deste ano. Açam-se, portanto, merecedores do descanso.

Segundo: uma convocação extraordinária em julho, seja ela assinada pelo presidente da República ou pelos presidentes das duas casas legislativas, significaria também o pagamento de um salário extra aos parlamentares, o que seria péssimo para a imagem do Congresso, na hora em que ela começou a ser revertida com a aprovação de reformas de amplo interesse do país.

Terceiro: o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso está ansioso por esse recesso para poder respirar, pensar e se organizar melhor, e preparar mais solidamente a sua base parlamentar para as batalhas do segundo semestre.

Essa necessidade de organização ou de ensaio da orquestra do governo acabou falando mais alto do que o medo de uma parada de um mês ou 20 dias no ritmo alucinante das reformas no primeiro semestre. As perdas de um segundo semestre sem preparação prévia poderiam ser mais fortes do que eventuais lucros políticos obtidos com a suspensão do recesso.

Aos que ainda sustentam ser difícil explicar uma interrupção em reformas que sempre foram apresentadas como urgentes, pode-se apresentar

o argumento de que, concretamente, essas mesmas reformas não poderiam entrar em execução imediatamente, pois ainda dependem de leis complementares que as regulamentem. Além do mais, o cumprimento do recesso tira da boca da oposição o argumento já usado na Câmara de que o governo quer aprovar tudo a toque de caixa.

Essa é a lógica do recesso. Vejamos agora, também em três pontos, a tática para fazê-lo valer. Primeiro: o presidente do Senado, senador José Sarney, gosta de dizer que se orienta por dois instrumentos de navegação política — a Constituição e o regimento do Congresso. Por eles, só há convocação extraordinária do Congresso em caso de assuntos urgentes e de relevante interesse para o país.

Sarney tem dito por aí, com razão, que o país vive a mais absoluta normalidade. Uma convocação extraordinária do Congresso seria para ele sinal de que há algo relevante quebrando essa normalidade. A normalidade, para Sarney, é o recesso, embora o cidadão contribuinte, que no final das contas paga essa fatura sem direito a recurso como nas multas de trânsito, tenha todo

o direito de achar que a normalidade é o trabalho, e não a folga no meio do ano que o trabalhador comum não tem, ou a remuneração dobrada dessa folga.

Segundo ponto: já que o Congresso não enxerga motivo relevante para a convocação extraordinária, quem sabe o presidente Fernando Henrique teria algum a apresentar? “O presidente tem mais informações do que nós. Sei disso porque também já fui presidente. Se ele tiver algum motivo forte para a convocação extraordinária, vamos atendê-lo, estamos aqui para colaborar”, diz Sarney. É uma maneira de transferir a responsabilidade da convocação extraordinária, e, logicamente, do pagamento de salários extras ao presidente Fernando Henrique. Ele não cairá nessa.

Terceiro ponto: os presidentes do Senado e da Câmara deverão encontrar-se com o presidente Fernando Henrique na próxima semana para acertar o que já está acertado. Ou seja, que haverá mesmo o recesso. Fica para outra hora, ou bem viva na cabeça do cidadão eleitor e contribuinte, a discussão sobre se o Congresso deve ter mesmo três meses de folga por ano.